



PETROBRAS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A

Suprimento de Bens e Serviços - Administração

- ▶ LÍNGUA PORTUGUESA
- ▶ MATEMÁTICA
- ▶ BLOCO I
- ▶ BLOCO II
- ▶ BLOCO III



Conteúdo de acordo
com o último edital
Questões gabaritadas
da banca CESGRANRIO

Petróleo Brasileiro S.A

PETROBRAS

Suprimentos de Bens e Serviços - Administração

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão dos conteúdos cobrados para o cargo de *Suprimentos de Bens e Serviços - Administração de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações com base no último edital, do Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com *questões gabaritadas da banca CESGRANRIO, responsável pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca*.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.....	9
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS TEXTUAIS.....	18
NARRAÇÃO	18
DESCRIÇÃO	20
DISSERTAÇÃO	20
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	21
DIVISÃO SILÁBICA	22
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	23
SUBSTANTIVOS.....	23
ADJETIVOS	25
ADVÉRBIOS	27
PRONOMES	29
VERBOS	32
PREPOSIÇÕES	37
CONJUNÇÕES.....	38
■ RECONHECIMENTO E EMPREGO DAS ESTRUTURAS MORFOSSINTÁTICAS DO TEXTO	39
RELAÇÕES DE REGÊNCIA ENTRE TERMOS.....	50
RELAÇÕES DE CONCORDÂNCIA ENTRE TERMOS.....	52
■ SINAIS DE PONTUAÇÃO.....	58
■ REESCRITURA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	61
MATEMÁTICA.....	77
■ TEORIA DOS CONJUNTOS E RELAÇÕES ENTRE CONJUNTOS.....	77
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS.....	85
■ EQUAÇÕES DE 1º GRAU.....	91
Equações Polinomiais Reduzidas ao 2º Grau.....	98

■ FUNÇÕES EXPONENCIAIS E LOGARÍTMICAS	99
EQUAÇÕES EXPONENCIAIS.....	99
EQUAÇÕES LOGARÍTMICAS	101
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA	102
PERMUTAÇÃO	102
ARRANJO	103
■ EVENTOS INDEPENDENTES	104
■ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	105
■ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA	106
■ MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES	106
■ TRIGONOMETRIA.....	119
FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS.....	128
EQUAÇÕES TRIGONOMÉTRICAS	136
■ GEOMETRIA PLANA	138
■ GEOMETRIA ESPACIAL	157
■ GEOMETRIA ANALÍTICA: EQUAÇÃO DA RETA, PARÁBOLA E CÍRCULO	164
■ MATEMÁTICA FINANCEIRA.....	179
CAPITAL	180
MONTANTE	180
JUROS SIMPLES.....	180
JUROS COMPOSTOS.....	181
BLOCO I	187
■ NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO	187
PLANEJAMENTO (ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL).....	187
ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE	192
ATENDIMENTO AO CLIENTE.....	206
■ GESTÃO POR PROCESSOS	208
■ CONCEITOS DE LOGÍSTICA E GERENCIAMENTO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS	218
GESTÃO DE COMPRAS.....	222

Seleção e Avaliação de Fornecedores.....	225
ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO.....	227
SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE SUPRIMENTOS	228
GESTÃO DE TRANSPORTE DE CARGAS.....	230
■ GESTÃO DE ESTOQUES	232
■ ALMOXARIFADOS	244
■ GESTÃO DE CONTRATOS	254
■ FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS.....	260
 BLOCO II.....	 269
■ LEGISLAÇÃO	269
ARTIGOS 28 A 91 DA LEI 13.303/16 (ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS).....	269
REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PETROBRAS – RLCP	286
 BLOCO III.....	 315
■ NOÇÕES DE CONTABILIDADE E TRIBUTÁRIO	315
CONCEITOS.....	315
OBJETIVOS	315
FINALIDADES DA CONTABILIDADE.....	315
RECEITA.....	315
DESPESA	321
CUSTOS E RESULTADOS	328
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	330



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

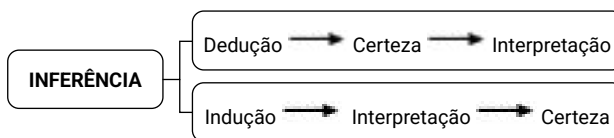
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

MATEMÁTICA

TEORIA DOS CONJUNTOS E RELAÇÕES ENTRE CONJUNTOS

A teoria de conjuntos dá sustentação lógica a outros tópicos inerentes à matemática, como, por exemplo: funções, probabilidade, análise combinatória, polinômios, progressões (aritméticas e geométricas) etc.

No contexto da teoria de conjuntos, **três noções primitivas** são aceitas sem definição e, portanto, não necessitam de demonstração. São elas:

CONJUNTOS

Os conjuntos (ou coleções) devem ser representados por letras latinas maiúsculas: A, B, C etc.

Alguns exemplos de conjuntos:

- $M = \{\text{janeiro, março, maio, julho, agosto, outubro, dezembro}\}$ é o conjunto dos meses do ano que têm 31 dias;
- $P = \{2, 3, 5, 7, 11, 13, 17, 19\}$ é o conjunto dos números primos até 19;
- $N = \{\text{Estados Unidos, Canadá, México}\}$ é o conjunto dos países da América do Norte.

ELEMENTOS

Os elementos referem-se aos objetos inerentes aos conjuntos, separados por vírgulas ou ponto e vírgula. Nos exemplos anteriores, cada um dos componentes dos conjuntos apresentados são elementos destes. Veja outro exemplo:

- $V = \{0, 2, 4, 5, 6\}$. Neste caso, os números 0, 2, 4, 5 e 6 são elementos do conjunto V.

RELAÇÃO DE PERTINÊNCIA

A relação de pertinência entre conjunto e elemento estabelece a identificação entre eles. Para tanto utilizamos os símbolos $\in$ (pertence) ou $\notin$ (não pertence). Observe o conjunto a seguir para compreender melhor:

- $R = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6\}$:

- o número 7 não pertence ao conjunto R, ou seja, $7 \notin R$;
- o número 3 pertence ao conjunto R, ou seja, $3 \in R$.

Representação DE Conjuntos

Existem três maneiras distintas de se apresentar conjuntos:

- analítica,
- sintética;
- diagrama de Venn-Euler (ou, simplesmente, diagrama).

Vamos analisar cada uma delas a seguir:

Na **representação analítica**, destaca-se cada um dos elementos que pertencem a um determinado conjunto.

- $A = \{\text{azul, amarelo, vermelho}\}$.

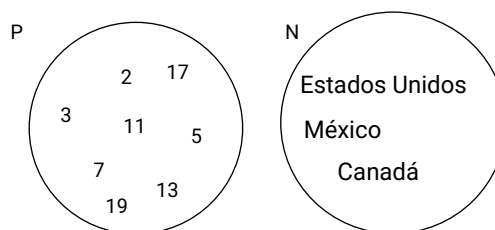
Por sua vez, quando se tem a **representação sintética**, devemos destacar uma característica que seja comum a todos os elementos pertencentes a um conjunto qualquer.

- $A = \{x / x \text{ é cor primária}\}$:

- lê-se “ x/x ” como “ x é tal que x tem a propriedade”.

Também, quando se tem a **representação por diagramas**, devemos definir uma região (normalmente um círculo) onde devem ser representados todos os elementos pertencentes ao conjunto — é importante não esquecer de nomeá-lo.

Observe as situações a seguir que são exemplos dessa representação:



Representação de conjuntos por diagramas.

DIAGRAMA DE VENN-EULER

Vamos entender como resolver questões que envolvem operações com conjuntos relacionados. Acompanhe os exemplos a seguir e observe a maneira como suas resoluções foram desenvolvidas.

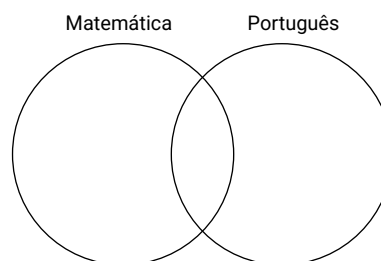
Exemplo: em uma sala de aula, 20 alunos gostam de matemática, 30 gostam de português e 10 gostam das duas matérias. Sabendo que 5 alunos não gostam de nenhuma dessas duas matérias, quantos alunos há nessa sala de aula?

Siga os passos dispostos a seguir:

- identifique os conjuntos;
- represente em forma de diagramas e os nomeie;
- preencha as informações de dentro para fora (iniciando na interseção e seguindo para as demais informações);
- preencha as demais informações no diagrama;
- some todas as regiões e iguale ao total de elementos envolvidos.

Vamos à resolução:

- identifique os conjuntos;
- represente em forma de diagramas e os nomeie;



BLOCO I

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

PLANEJAMENTO (ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL)

Ouvimos e dizemos a palavra “planejamento” com frequência em nosso cotidiano e, muitas vezes, tomamos decisões sobre essa esquematização sem atentarmos ou refletirmos sobre o seu real significado para a ciência da administração.

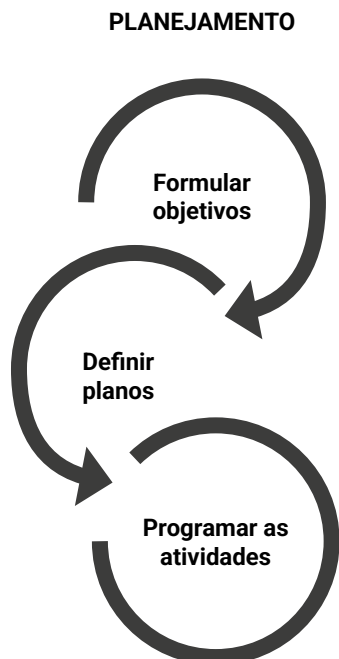
Afinal, qual é o conceito de “planejamento”? Segundo Maximiano (2011, p. 325),

Planejamento consiste em definir planos. Em essência, um plano contém objetivos e as formas de realizá-los. Planejar é um processo; os resultados são os planos.

O processo de planejamento é o ponto inicial das funções administrativas e tem como objetivo administrar as relações atuais com o futuro. As decisões de planejamento procuram, de alguma forma, influenciar o futuro, ou as ações que ainda serão colocadas em prática.

Podemos, assim, entender que o planejamento estabelece os objetivos, define as metas e decide os métodos de trabalho adequados para o alcance dos objetivos.

Exemplificando: é quando você toma a decisão de iniciar uma empresa e elabora o planejamento financeiro, decide quando começar e quais serviços serão disponibilizados; elabora os planos de operacionalização, define o mercado a ser atendido e as metas a serem alcançadas.



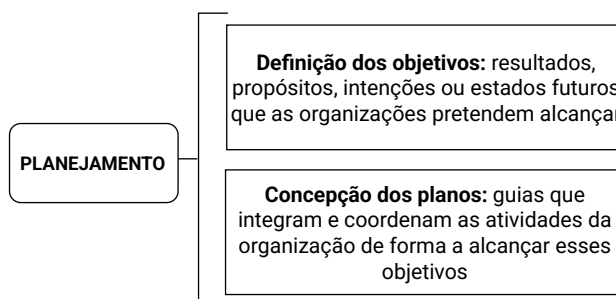
É importante destacar que a ação deve ter preponderância sobre o planejamento em si, ou seja, o planejamento prepara a ação, mas não a substitui. É comum encontrarmos empresas que se preocupam tanto com a elaboração do planejamento que, no final das contas, acabam por não agir efetivamente.

O planejamento é essencial para que seja possível lidar com adversidades. As organizações devem planejar-se a curto, médio e longo prazo e, por meio dessa organização, podem gerenciar suas relações com o futuro.

Sobral (2013) destaca que o planejamento tem dupla atribuição:

- a primeira consiste em definir o que deve ser feito, ou seja, estabelecer objetivos;
- a segunda diz respeito a indicar como deve ser feito, isto é, criar planos.

O fluxograma a seguir demonstra tais atribuições:



Fonte: adaptado de Sobral (2013).

Atenção!

- **Planejamento:** é necessário para que sejam definidos os objetivos que a organização pretende alcançar. Durante o planejamento, são concebidos os planos que guiarão o atingimento das metas levando em consideração os recursos disponíveis;
- **Objetivos:** indicam onde a organização pretende chegar, isto é, os resultados esperados a partir da ação dos membros e da alocação dos recursos;
- **Plano:** é a consequência do planejamento. Indica o que deve ser feito, quando fazer, como e por quem.

O planejamento é especialmente relevante para as condições ambientais em que vivemos hoje. Antes, com as condições de estabilidade e as vagarosas mudanças, as organizações eram capazes de administrar o presente e o futuro. Atualmente, as rápidas mudanças no ambiente em que as organizações estão inseridas são razões suficientes para a busca por melhor compreensão do futuro e da dinamicidade presente na economia, tecnologia, padrões de vida, cultura, entre outros.

As vantagens do planejamento são:

- **Proporciona senso de direção:** ao definir objetivos, o planejamento indica para onde a organização deve se dirigir, o que conseqüentemente auxilia no encaminhamento dos esforços dos trabalhadores em um único sentido;
- **Focaliza esforços:** na ausência de um planejamento, os trabalhadores comportam-se de forma individualizada. A partir da definição de metas, os

BLOCO II

LEGISLAÇÃO

ARTIGOS 28 A 91 DA LEI 13.303/16 (ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS)

Promulgada em junho de 2016, a Lei Federal nº 13.303, de 2016, conhecida como **Lei das Estatais**, trouxe uma série de mudanças relevantes para o dia a dia das empresas estatais brasileiras, sejam elas federais, estaduais ou municipais.

O presente estatuto é conhecido como “Lei das Estatais” ou “Estatuto das Estatais”, visto que o termo “**empresas estatais**” é um gênero que abarca duas espécies: as empresas públicas e as sociedades de economia mista. Portanto, quando o aluno ler “empresas estatais”, deverá considerar ambas as categorias.

Em regra, não compete ao poder público explorar atividade econômica, mas a Constituição Federal (CF) possibilita isso nos casos de necessidade dos imperativos da segurança nacional ou de relevante interesse coletivo, de modo que existem diversas estatais que exploram atividade econômica.

As inovações trazidas pelo texto legal incluíram aspectos relacionados aos conteúdos obrigatórios dos estatutos sociais, como a adoção de regras de governança corporativa e transparência e a adequação de estruturas e práticas de gestão de riscos e de controle interno, além da adoção de critérios para a composição da administração e, havendo acionistas minoritários, a existência de mecanismos para sua proteção.

Além disso, a Lei das Estatais trouxe disposições sobre licitações e contratos, tema que motiva sua inclusão no conteúdo programático do edital do Banco de Brasília S.A. (BRB), por exemplo. É a Lei nº 13.303, de 2016, que disciplina as licitações e os contratos administrativos realizados pelas empresas estatais. Como empresa estatal do Distrito Federal, o BRB, portanto, deve seguir seus ditames.

Nesse sentido, trata-se de uma lei com conteúdo extenso a ser memorizado e de grande importância para sua prova. Este material visa selecionar os dispositivos mais importantes da lei, aqueles mais cobrados em provas de concurso, explicando o texto mais complexo e sempre visando apontar como esse será cobrado em prova, bem como as “pegadinhas” que as bancas podem fazer. Desse modo, visa-se facilitar e otimizar ao máximo o aprendizado do aluno.

Questões sobre a lei exploram o próprio texto normativo, motivo pelo qual o aluno deve ter atenção não somente aos comentários deste material, mas, principalmente, ao texto dos dispositivos legais elencados aqui. O ideal é ler o texto do dispositivo e os comentários do material e, posteriormente, ler novamente os dispositivos já com os conhecimentos e dicas dos comentários.

Art. 28 Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

§ 1º Aplicam-se às licitações das empresas públicas e das sociedades de economia mista as disposições constantes dos arts. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º O convênio ou contrato de patrocínio celebrado com pessoas físicas ou jurídicas de que trata o § 3º do art. 27 observará, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei.

§ 3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações: I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas mencionadas no caput, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais; II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

§ 4º Consideram-se oportunidades de negócio a que se refere o inciso II do § 3º a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.

Os dispositivos anteriormente expostos são os mais cobrados em provas.

A regra da Administração Pública, direta e indireta, é realizar licitação para compra e venda de bens. Ocorre que, dentro de um mercado competitivo e dinâmico, tal obrigação era um impeditivo para as estatais tornarem-se competitivas no mercado.

Nesse sentido, o presente estatuto impõe a obrigatoriedade de licitação para as situações especificadas no *caput* relacionadas às atividades-meio da estatal. Lado outro, o § 3º dispensa a licitação nas situações que envolverem a atividade-fim da estatal nos termos da lei, especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais.

Dispensa-se, também, a contratação decorrente de oportunidades de negócio, conforme previsto no inciso II do § 3º.

Imagine se a Petrobras precisasse realizar licitação para vender todo o seu produto: com um procedimento lento e burocrático, seria inviável manter a competitividade.

Para exemplificar, as estatais que forem adquirir materiais em geral precisam realizar licitação, mas, no que diz respeito às suas atividades finalísticas e às oportunidades do mercado, estarão dispensadas. As situações do § 3º correspondem a quase metade das questões acerca do presente estatuto.

BLOCO III

NOÇÕES DE CONTABILIDADE E TRIBUTÁRIO

CONCEITOS

Estudar contabilidade necessita que o aluno enxergue o conteúdo por meio de uma ótica totalmente nova. Talvez essa seja a grande dificuldade dos alunos que estudam essa matéria pela primeira vez.

Portanto, vamos começar pelo conceito, dado no primeiro Congresso Brasileiro de contabilistas realizado em 1924: “Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica.”

A partir desse conceito precisamos destacar algumas expressões importantes para o estudo da contabilidade. Veja que ela tem um foco basicamente em orientar, controlar e registrar eventos.

Muito bem, a partir desse momento você já deve entender que a **contabilidade é uma ciência social** e, portanto, **não é ciência exata**. Contabilidade não é técnica, não é procedimento.

OBJETIVOS

Como toda ciência, a contabilidade também possui um objeto de estudo. Perceba, como exemplo, que o direito estuda as normas jurídicas e sua aplicação no fato social. **O objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio das entidades.**

O patrimônio é composto por bens, direitos e obrigações. Para o conjunto de **bens e direitos**, damos o nome de **ativo**. Já as obrigações são chamadas de passivos. As **obrigações** são divididas em **obrigações com terceiros**, também chamadas de **passivo exigível**, e **obrigações próprias ou com sócios**, conhecidas como **patrimônio líquido**.

FINALIDADES DA CONTABILIDADE

Surge para nós agora uma simples pergunta: com qual finalidade essa ciência contábil vai estudar o patrimônio?

A contabilidade possui uma finalidade, um objetivo simples: estudar e controlar o patrimônio com o objetivo de **fornecer informações úteis e tempestivas para tomada de decisão**. Fica claro que, por conta desse objetivo, **a contabilidade é conhecida por ser uma ciência informacional**, ou seja, o profissional da contabilidade existe unicamente para controlar, registrar e evidenciar as informações a respeito do patrimônio de uma entidade, com o objetivo de divulgar essas informações para quem tiver interesse.

Importante destacar que essas informações serão fornecidas para quem tiver interesse, ou seja, a contabilidade não é uma ciência que atende a determinado grupo de pessoas.

RECEITA

Conceito

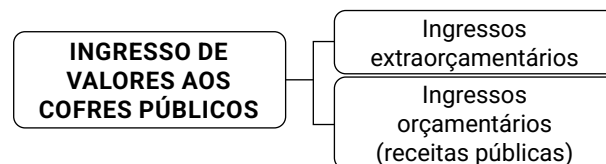
Ao tratar sobre os serviços que o Estado deve prover à população, pensamos em saúde, educação, transporte, justiça, etc. Porém, para esses serviços, existe um custo envolvido a ser sustentado por toda a sociedade, uma vez que eles são públicos. Nesse sentido, não é mera coincidência que a Constituição Federal, ao estabelecer diversos deveres de atuação estatal, também preveja os meios disponíveis para cumpri-los.

Existem diversas maneiras de o Estado gerar recursos para sustentar suas atividades, como a exploração do seu próprio patrimônio e, principalmente, a instituição de tributos.

Os recursos que entram nas contas do Estado são chamados, genericamente, de “ingressos” ou “entradas”, uma vez que nem todos os recursos podem ser chamados de receitas públicas. O Estado, em sua atividade financeira recebe valores que apenas circulam transitoriamente por suas contas, sem agregar ao seu patrimônio, como, por exemplo, um depósito recebido em garantia para contratação em uma licitação. Se o licitante cumprir devidamente o contrato, o Estado é obrigado a devolver o valor depositado, porém, caso não cumpra, haverá aplicação de penalidade, cujo valor será descontado no depósito.

A Lei nº 4.320, de 1964, regulamenta os **ingressos de disponibilidade de todos os entes da federação**, classificando-os em dois grupos:

- orçamentários;
- extraorçamentários.



Os **ingressos extraorçamentários** correspondem àqueles que, apesar de pertencerem à terceiros, são arrecadados pelo ente público, exclusivamente, para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução.

Esses recursos financeiros apresentam **caráter temporário** e não integram o orçamento público, pois o Estado é seu mero depositário desses valores, que constituem **passivos exigíveis** e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Citamos como exemplos os depósitos em caução, as fianças, as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), a emissão de moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Atenção! As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) são ingressos **extraorçamentários**.

Os **ingressos orçamentários**, por sua vez, são os pertencentes ao ente público, arrecadados exclusivamente para aplicação em programas e ações governamentais. Esses ingressos são denominados de **receita pública**. De acordo com a definição constante no **Manual de Procedimentos das Receitas Públicas** (2004, p. 14),

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO